

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

## Bolívia: Arranjos Institucionais e o Desenvolvimento do Departamento de Santa Cruz

Ricardo Luigi<sup>1</sup>

### Resumo

A pertinência do tema está relacionada à necessidade de se investigar os fatores que justificam o desenvolvimento recente da região leste da Bolívia. O departamento de Santa Cruz, que está na vanguarda deste processo, é o objeto deste trabalho, que visa esclarecer os arranjos institucionais que promovem a conformação da região das terras baixas orientais como o território mais produtivo boliviano. Este trabalho tem por objetivo explicar as questões que encerram o desenvolvimento regional diferenciado do departamento de Santa Cruz (BO).

**Palavras-chave:** Arranjos Institucionais, Bolívia, Santa Cruz.

### Abstract

The relevance of the topic is related to the need to investigate the factors that justify the recent development of eastern Bolivia. The department of Santa Cruz, who is leading the way, is the object of this work, which aims to clarify the institutional arrangements that promote the conformation of the region of the eastern lowlands and the Bolivian territory more productive. This paper aims to explain the issues that contain the different regional development department of Santa Cruz (BO).

**Key Words:** Institutionals Arrangements, Bolívia, Santa Cruz.

<sup>1</sup> Ricardo Luigi é vice-diretor do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, mestrando em geografia pela UERJ, integrante do grupo de pesquisas GeoBrasil, da UERJ, sob orientação da prof. Dra. Mônica Sampaio Machado e bacharel e licenciado em geografia pela UFRJ.

Recebido em 05/01/2010. Aprovado para publicação em 08/02/2010.

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

## **Introdução**

**D**esde a sua fundação, o eixo da economia boliviana esteve localizado no altiplano, nas chamadas “terras ocidentais”, com base em La Paz. Entretanto, a partir de 1985, com a Nova Política Econômica (NPE) e a instalação do “Programa de Ajuste Estrutural” do FMI na Bolívia, tem início um processo de diminuição do papel do Estado, o que, aliado a uma diminuição da demanda mundial no mercado de estanho, gerou uma crise no setor da mineração, e implicou numa maior imigração para Santa Cruz, cidade que, relativamente, oferecia maiores vantagens comparativas que o resto do país, haja vista que possuía recursos naturais e produção agrícola em potencial.

Por outro lado, em que pese o fato de a região de Santa Cruz, denominada de “llanos orientales” ter se desenvolvido, no bojo desse desenvolvimento vieram uma série de problemas. As ondas de migração provocaram um inchaço demográfico e uma periferização. O inchaço transformou Santa Cruz no departamento que concentra a maior população do país. E a periferização tem trazido problemas sociais e de planejamento urbano, pois sua expansão colide com a ideia da “cidade planejada” de Santa Cruz de la Sierra. Ademais, o governo central boliviano reafirma as tendências políticas centralizadoras, que se expressam numa distribuição desigualitária de cargos no congresso e de políticas públicas do Estado.

## **Do Ajuste Estrutural à Descentralização**

Desde o retorno à democracia, em 1982, a Bolívia passou por um profundo processo de reforma institucional intensificado na última década. As reformas não se restringiram ao campo político, aplicando-se desde 1985 todo o receituário do Programa de Ajustes Estruturais (PAE) do FMI em suas três dimensões: macroeconômica, social e de reformas institucionais. Esse pacote de medidas aplicadas ficou conhecido como a Nova Política Econômica (NPE) da Bolívia, e teve início quando:

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

“em setembro de 1985, o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) de Victor Paz Estenssoro iniciou um pacote ortodoxo de estabilização econômica (Decreto Supremo 21.060) destinado a “combater a inflação” e “eliminar os desequilíbrios interno e externo”. O pacote econômico continha todos os ingredientes essenciais do PAE do FMI. A moeda foi desvalorizada, unificou-se a taxa de câmbio e realizou-se o leilão de divisas estrangeiras (bolsín)” (CHOSSUDOVSKY, 1999:205).

A experiência boliviana é vista pelas instituições de Bretton Woods, nas palavras de Chossudovsky (1999), como um “modelo bem-sucedido de ajuste estrutural”, a ser copiado pelos países que queiram estabilizar a economia e gerar um processo sustentável de crescimento econômico. A partir daí, o Estado boliviano investiu recursos humanos e econômicos na modernização de sua máquina burocrática em setores fundamentais, e suas instituições foram reformadas, aperfeiçoadas, reorientadas, bem como novas instituições foram criadas a fim de tornar mais eficiente o desempenho do aparato do Estado. Leis como a de Descentralização<sup>2</sup> e Participação Popular não somente mudaram a configuração política do país, como também foram instrumentos úteis para a expansão do espaço público e para a integração ao processo político de atores tradicionalmente relegados. Percebe-se que:

“por meio de suas múltiplas reformas institucionais, o Estado melhorou consideravelmente o reconhecimento e a defesa dos direitos humanos e civis; reconheceu novos atores políticos e os integrou ao sistema político; descentralizou bastante a administração pública e trabalhou muito para aperfeiçoar os processos políticos participatórios em todo o território nacional (SELIGSON, 2003, apud SCHWARZ-BLUM, 2006)”.

Lamentavelmente, nas palavras de Salmón (2003), “o país não conta com um plano de ordenamento territorial que tenha sistematizado esta nova situação em um modelo territorial”. Os malefícios dessa falta de atenção do estado causam problemas sérios, dentre eles o inchamento populacional que será visto em capítulo posterior.

Ao mesmo tempo, apresentam-se indícios que sugerem que a Bolívia é atualmente um dos países da América Latina com níveis mais baixos de confiança nas instituições políticas e de

---

<sup>2</sup> A lei de descentralização fiscal vai ser retomada no capítulo sobre Movimentos Autônômicos, pois é o que vai motivar as perspectivas de autonomia administrativa dos departamentos bolivianos.

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

apoio ao sistema. Os problemas não acabam aí. O país tem um regime democrático há 25 anos, mas a democracia se desenvolveu num contexto contraditório de pobreza, debilidade institucional, crises constantes e conflitos recorrentes entre as elites governantes e os setores econômicos desfavorecidos e, ao mesmo tempo, com expansão do espaço público, descentralização, processos participatórios e reformas institucionais.

Levando-se em conta todos esses fatores, o processo de reforma institucional na Bolívia pode ser considerado bem sucedido do ponto de vista institucional, apesar dos problemas políticos que persistem no país até hoje.

## Quadro Teórico

Esse trabalho tem sua metodologia baseada na teoria econômica do “Novo Institucionalismo”. De acordo com Vasconcellos (2002), “os institucionalistas têm como grandes expoentes os americanos Thornstein Veblen e John Kenneth Galbraith”. Entretanto, Galbraith representa esse institucionalismo moderno, ao lado de autores como Gunnar Myrdal e Douglass North. As formulações analíticas de Douglass North contribuíram efetivamente para a perspectiva da Nova Economia Institucional em um nível macro-institucional de análise, relacionando instituições e desempenho econômico. Superando, assim, a perspectiva neoclássica, que para ele não dava conta das crescentes desigualdades de renda entre os países.

O geógrafo Ash Amin, professor da universidade inglesa de Durham, vem desempenhando um papel importante ao transladar para a geografia o novo institucionalismo, embora não tenha sido precursor na análise institucionalista na geografia, primazia devida à Escola Californiana. Segundo Egler (2006), observando o papel desempenhado pelas instituições na configuração dos atuais territórios, essa perspectiva nos leva a duas questões:

“Primeiro, o papel das relações entre estado e mercado na definição do marco institucional dentro do qual operam as organizações, depende não apenas de fatores econômicos, mas também, e principalmente, históricos e culturais. Segundo, que o papel de guardião dos lugares, atribuído institucionalmente ao estado, não é suficiente

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

para garantir o controle efetivo sobre o território, que é compartilhado com as empresas que operam as redes logísticas que o atravessam”. (EGLER, 2006:7).

Convergindo com essa ideia, entra o impacto das reformas neoliberais na Bolívia, a partir da década de 80. De acordo com Amin (1999), a abordagem neoliberal empreendida nas regiões menos favorecidas a partir da década de 1980 trouxe uma desregulamentação do mercado e um aumento do número de pequenas firmas. Como consequência direta tivemos uma maior imprevisibilidade inerente às transações comerciais, acarretando maiores custos à produção. Existem vários fatores que adicionam custo à produção, e várias formas de se tentar uma diminuição desses custos. Por conta disso, os arranjos institucionais passam a ser cada vez mais valorizados nas operações das empresas, visando reduzir as incertezas e criar uma estrutura estável para a realização das operações econômicas. Nesse aspecto o departamento de Santa Cruz parece estar no caminho certo. Na medida em que os arranjos institucionais mantenham-se diretamente relacionados às especificidades locais, crê-se que Santa Cruz tem construído um arranjo institucional sólido, baseado num processo econômico produtivo envolto em valores e parâmetros socialmente e historicamente construídos pelos indivíduos e organizações ali presentes. Entretanto, apesar de os arranjos terem seu caráter local específico, não estamos dissociados do arranjo institucional local. Especialmente em países não-centrais:

“It would be an error, therefore, if regional institutional reform became a matter of simply substituting government by the central state with a regional corporatism that relies on a small elite drawn from the regional government offices, local authorities, development agencies, the business leadership, and perhaps even Mayors wielding extraordinary powers” (AMIN, 1999:14).

Esse é o principal problema referente ao departamento de Santa Cruz. O isolamento regional, a distância do governo central e os conflitos daí decorrentes – caso das reivindicações autonômicas – e o próprio resvalar de ações do governo central de repercussão negativa no mercado mundial, como a recente onda boliviana de reestatização de empresas, trazem problemas ao arranjo institucional conformado em Santa Cruz.

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A resolução passa por seu arranjo institucional, pela sua habilidade em responder com rapidez às oscilações do mercado e às necessidades que se colocam – “the ability of places to anticipate and respond to changing external circumstances” (AMIN, 1999: 18).

## **O Desenvolvimento do Departamento de Santa Cruz**

Santa Cruz desenvolveu uma ampla produção agropecuária a partir da segunda metade do século XX. Os cultivos de maior importância no departamento foram de cana-de-açúcar, arroz, milho, mandioca e pomelo. Sendo que, diferente das outras áreas do país, neste departamento conseguiu-se implementar uma agricultura empresarial com produção inteiramente dirigida ao mercado, com incorporação de tecnologia moderna, maquinário moderno, pesticidas e fungicidas. A sua pecuária também é forte. Possui amplos pastos no norte, numa área que é a mais importante bacia leiteira do país.

A indústria cruzenha, iniciada com os engenhos de açúcar, ganhou vigor com a atividade petrolífera, esta que se amplia rapidamente. Os ramos predominantes da indústria do departamento são os de alimentação, moveleira, bebidas e têxtil.

As atividades de extração de petróleo e gás natural ainda estão em fases recentes de prospecção, o que significa que ainda há muito a se explorar das riquezas que guardam o subsolo pré-cambriano da região.

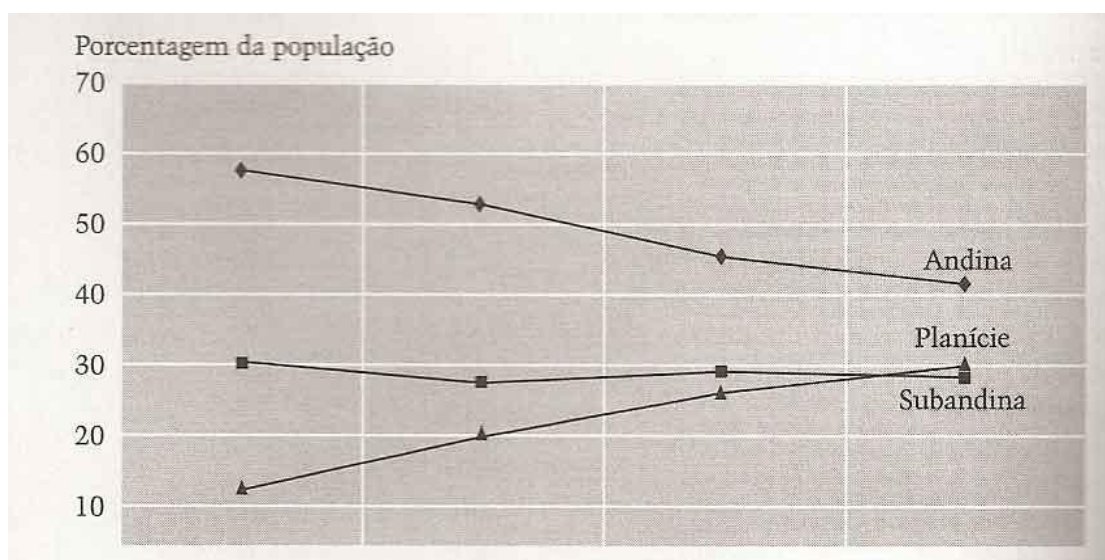
Territorialmente, é o departamento mais extenso e conta com uma população que vem crescendo de importância em nível nacional. Enquanto em 1950 correspondia a um quinto, em 1976 representava um terço, e no censo de 1992, já chegava à segunda posição nacional, posto que conserva até os dias atuais, só perdendo para o departamento de La Paz. Diferencia-se sua taxa de crescimento e as fortes correntes de migração interna, frutos da expansão da fronteira agrícola, do fomento da produção agropecuária, do desenvolvimento econômico-industrial e da melhoria das condições de vida (segundo dados do INE, a taxa de fecundidade em Santa Cruz encontra-se a 5,1 filhos por mulher, e a mortalidade a 57 mortos no primeiro ano de vida por cada 1.000 nascidos, a menor do país).

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

### Dinâmica Populacional Recente

Historicamente, a população boliviana concentrou-se de forma desigual na região andina, seguida pela região subandina, e com menor aporte populacional, a planície. Entretanto, o diagrama 1 mostra que, desde 1950 está tendência histórica vem sendo substituída. O diagrama mostra que, mais do que a taxa de fertilidade, o crescimento populacional da planície deve-se à migração interna.

**Diagrama 1 - Bolívia: distribuição populacional por região<sup>3</sup>**



(Fonte: GUALLUP et al, 2007)

Em 1950, nenhuma região do país tinha índice de urbanização acima de 30%. Quarenta anos depois, segundo dados do INE, o índice de urbanização era superior a 50% no país como um todo, chegando a 70% na planície. No entanto, a urbanização boliviana não aconteceu em torno de uma única cidade predominante. Pelo contrário, La Paz, a maior cidade do país, diminuiu, na participação no total populacional, de quase 40% em 1950 para apenas 29% em 2001. Além disso, segundo Guallup (2007), em detrimento da concentração urbana no país como um todo, há uma tendência de predomínio de uma cidade em cada uma das três regiões do país: La Paz, na região andina, Cochabamba, na região subandina, e Santa Cruz na planície.

<sup>3</sup> Este diagrama está baseado nos dados censitários dos anos de 1950, 1976 e 1992.



Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

É interessante notar pela tabela 2 que, enquanto os três departamentos andinos tiveram índices migratórios líquidos negativos entre 1987-1992, todos os departamentos da planície tiveram índices migratórios positivos. Santa Cruz, em especial, teve um índice migratório líquido de quase 20%.

Segundo Guallup (2007), à medida que nos afastamos das três principais cidades do país, a densidade populacional cai a tal ponto que, as províncias, localizadas a quinze horas de carro ou mais de cada eixo central, têm densidade populacional inferior a 1 habitante por km<sup>2</sup>. E grande parte da população, 53%, mora a menos de duas horas de carro de cada eixo. Não poderia ser diferente. O sistema de transportes na Bolívia é extremamente complicado. Veremos isso melhor mais à frente.

Mas por que será que a população boliviana se concentrou apenas nesses três centros? Encontramos ainda em Guallup (2007) a resposta para essa indagação. Segundo o autor, a geografia está relacionada com isso. Ele aponta as divisões linguísticas do país e o custo dos transportes como fatores que deixam as pessoas “restritas à sua localidade”, para utilizar um termo referido pelo sociólogo Zigmunt Bauman (1999). E o que torna Santa Cruz uma área atraente para os migrantes, até então avessos à movimentação interna, é o argumento que será mais bem explorado a seguir: a diferenciação regional. Desde 1950, as atividades econômicas relacionadas aos recursos naturais, quer sejam agrícolas, quer sejam de petróleo e gás natural, promoveram verdadeiros “booms” na economia cruzenha. Em contraponto, acompanha isso um verdadeiro declínio em atividades econômicas naturais em outras regiões do país, como a *débâcle* da mineração em Oruro e Potosí.



Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

Tabela 1 – Bolívia: migração líquida<sup>4</sup> e taxas de crescimento populacional, por departamento, 1971-1992.

Região	Departamento	Migração líquida		Crescimento populacional total
		1971-76	1987-92	1976-92 (%)
Andina	La Paz	1,4	-1,4	16,6
	Oruro	2,4	-12,5	5,8
	Potosí	-3,1	-12,4	-1,2
Subandina	Chuquisaca	-4,7	-3,7	15,0
	Cochabamba	3,1	4,7	27,5
Planície	Tarija	10,6	6,4	28,2
	Beni	-2,1	0,6	31,6
	Pando	14,1	2,3	6,3
	Santa Cruz	6,7	19,0	41,6

(Fonte: INE, 1997)

Entretanto, existe um efeito catastrófico relacionado ao aumento das migrações internas com destino a Santa Cruz: o inchamento populacional. O inchamento populacional, grosso modo, pode ser entendido como o crescimento populacional desordenado. Ou seja, a dotação de infraestrutura não acompanha o crescimento populacional. E, como vimos no primeiro capítulo, isso tem efeitos imediatos na organização do espaço de Santa Cruz de la Sierra. Seu modelo de anéis concêntricos não permite expansões urbanas sem suporte governamental. Tanto que os chamados “anéis” que extrapolam os quatro oficiais sequer se completam. São pequenas ramificações em formas de habitações subnormais que não lembram nem remotamente as piores moradias presentes nas grandes cidades brasileiras.

O impacto do inchamento populacional pode ser percebido pela iniciativa inusitada instalada no conselho municipal de Santa Cruz de la Sierra: o “cruceño metro”.

<sup>4</sup> Taxa de migração líquida por mil pessoas por ano.

Figura 1 - A explicação do relógio

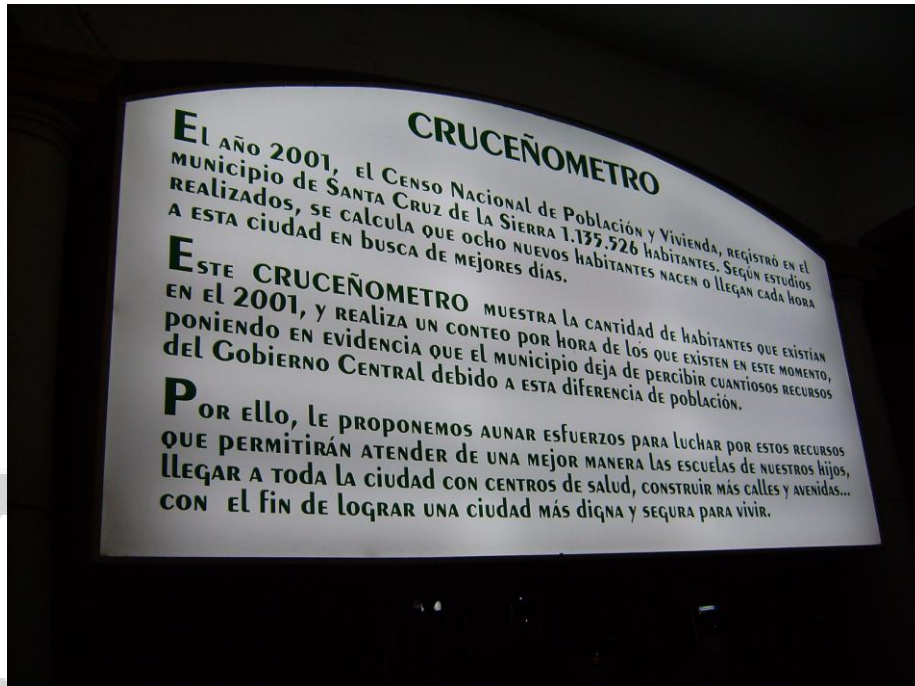


Figura 2 - vista distante do relógio



Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Figura 3 – vista aproximada do relógio



(fotos do autor em fevereiro de 2007)

O “cruceñometro” é um grande relógio que marca as projeções de crescimento populacional em Santa Cruz de la Sierra a cada segundo, em contraponto ao censo de 2001.

Em fevereiro de 2007, quando as fotos foram tiradas, havia segundo cálculos da prefeitura de Santa Cruz de la Sierra 1.485.007 pessoas, 350 mil a mais que em 2001, conforme pode ser visto na figura 3. Hoje, pelos dados da mesma prefeitura, há 1.567.335, ou seja, no decurso de um ano, houve um crescimento populacional de mais de 80 mil pessoas, prova de que o ritmo de crescimento só vem se acelerando.

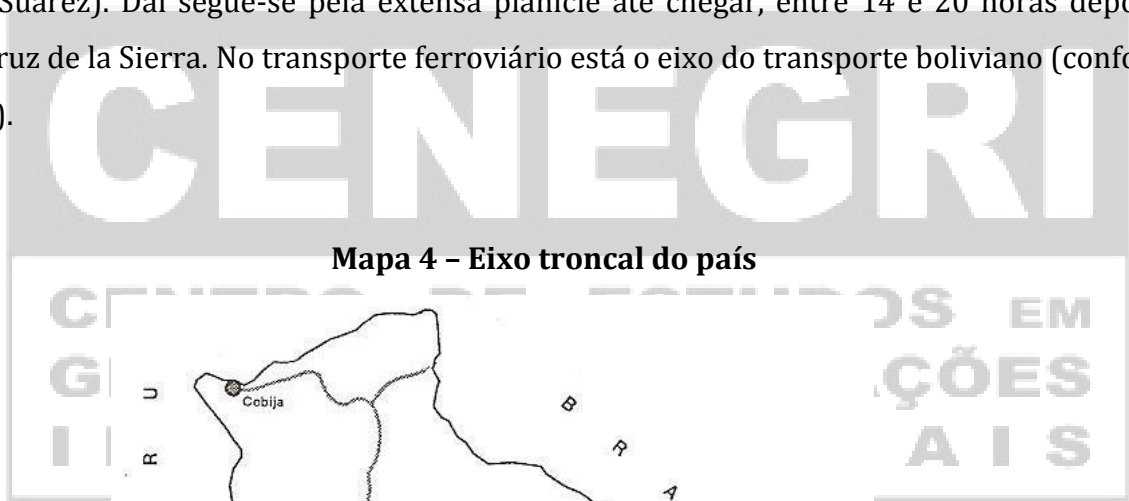
## A Integração do Sistema de Transportes

Em todo verão, nos meses de janeiro e fevereiro, chuvas inclementes deixam cada um dos centros regionais ilhados, dificultando o sistema de transportes na Bolívia. Vamos nos ater ao caso de Santa Cruz.

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Do ponto de vista rodoviário, existem poucas opções na Bolívia. Para ir de Santa Cruz para o altiplano, ou seja, para Cochabamba, existem duas estradas. Uma, a chamada de nova. A outra, a antiga, num trecho mais demorado e complicado pelo centro histórico de Samaipata. Ambas as estradas desbarrancam e ficam intransitáveis durante os meses de janeiro e fevereiro, podendo o único acesso ser feito por via aérea. De Cochabamba para La Paz a situação se repete com contornos praticamente idênticos.

O departamento de Santa Cruz tem extensa fronteira com o Brasil. Está muito bem conectado ao território brasileiro por intermédio da Ferroviária Oriental. Esta ferrovia tem seu ponto de partida em Puerto Quijarro, segunda cidade boliviana para quem sai do Brasil (a primeira é Puerto Suárez). Daí segue-se pela extensa planície até chegar, entre 14 e 20 horas depois, a Santa Cruz de la Sierra. No transporte ferroviário está o eixo do transporte boliviano (conforme mapa 4).

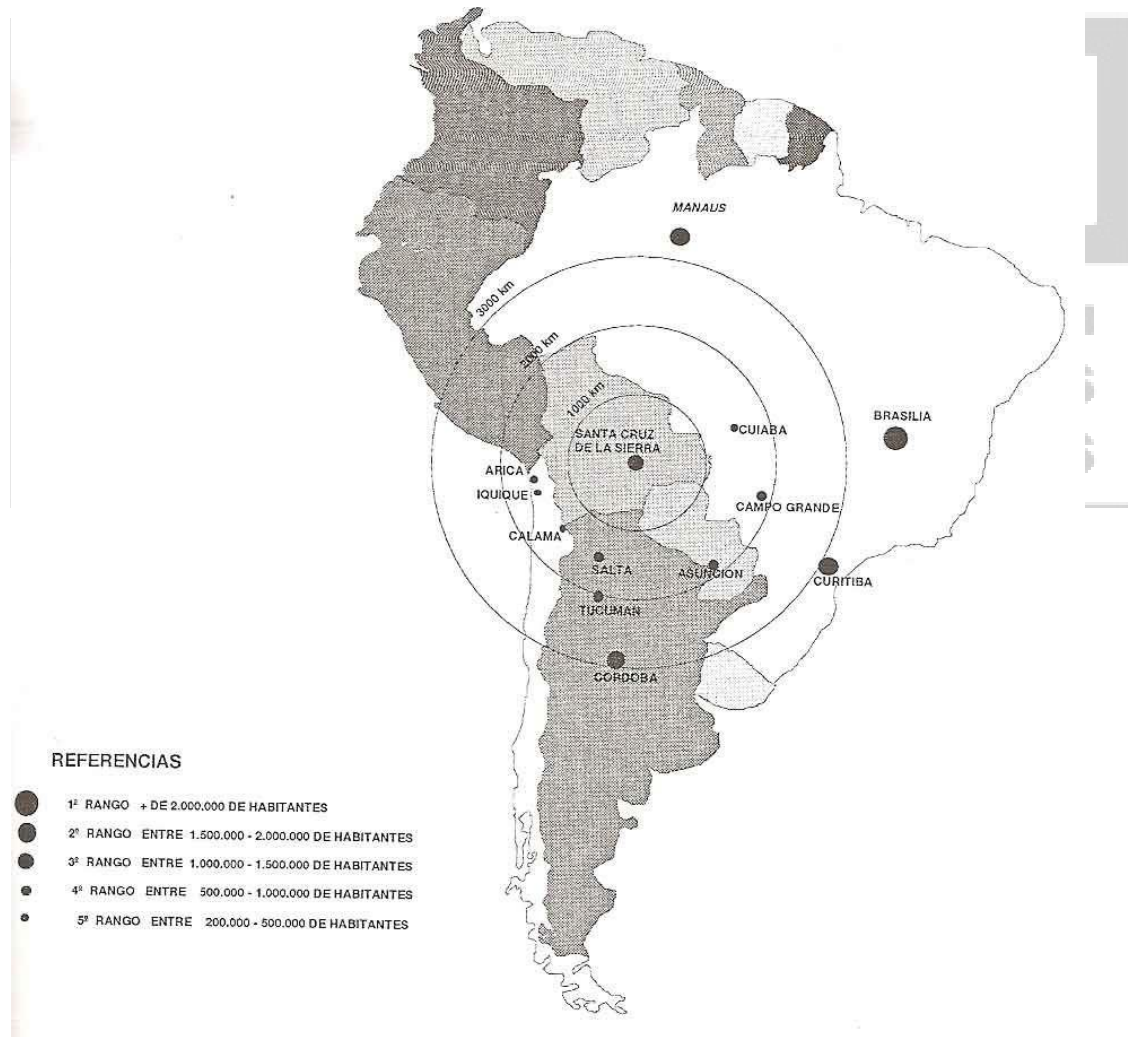


**Mapa 4 – Eixo troncal do país**

(Fonte: SALMÓN, 2003)

Por ele pode-se ir de Santa Cruz para a fronteira com o Brasil, com o Paraguai, com a Argentina. E isso é um dos motivos que vai fomentar a posição de Santa Cruz como local de atração de migrantes internos. Para terminar a questão do transporte, o desenvolvimento de Santa Cruz também está articulado à integração regional na América do Sul representada pela Bolívia, com eixo troncal no departamento de Santa Cruz, conforme pode ser visto pelo mapa 5.

**Mapa 5 – A posição de Santa Cruz na América do Sul**



(Fonte: SALMÓN, 2003)

Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Em dezembro de 2007, inclusive, o presidente brasileiro assinou um acordo com os presidentes do Chile e da Bolívia para fazer um corredor de exportações para o Brasil com saída para o Pacífico pelo Chile, passando pela Bolívia. Isso dá ainda maior relevo à influência de Santa Cruz nas conexões transnacionais bolivianas.

#### Considerações Finais

O conhecimento sobre os arranjos institucionais que conformaram o atual dinamismo econômico do departamento de Santa Cruz é fundamental para entender uma série de acontecimentos ocorrentes na Bolívia.

Segundo Soja (2003), “nos últimos vinte anos, algumas mudanças significativas têm ocorrido nos padrões de desenvolvimento regional desigual que se haviam estabelecido tão solidamente nos países capitalistas tardios durante o século precedente”. Isso leva a um problema regional, tendo em vista que o departamento de Santa Cruz tem um incremento significativo de rendas e despesa, não acompanhado de uma maior participação no “jogo político” de distribuição de verbas do Estado.

Conclui-se, portanto, que a diferenciação regional foi histórico e socialmente construída consoante a ideia mandeliana de “ondas longas” do desenvolvimento capitalista. Alguns falam em um país com duas nações, mas essa perspectiva parece atender a um imaginário social construído pelos separatistas, que muito provavelmente não atendem a um propósito realmente idealista. Questões de extremo relevo podem estar a serviço, na verdade, de interesses econômicos. Nas palavras de um habitante da região, os cruzenhos tiveram muitas décadas para realizar sua autonomia, até mesmo sua separação. Causa espécie imaginar que por detrás da proposta de autonomia, pode estar a rejeição da partilha do poder econômico.

O fato é que as últimas décadas propiciaram um reinserção da Bolívia no capitalismo mundial. O propalado “país mais pobre da América do Sul” tem, além de arestas regionais internas para aparar, uma grande chance de engendrar uma melhor posição na economia sul-americana.



Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

## Bibliografia

AMIN, ASH. An Institutional Perspective on Regional Economic Development. *Economic Research Group Seminar "Institutions and Governance"*. London, 1998.

BARRAGÁN, Rossana & ROCA, José Luis Roca. **Regiones y poder constituyente en** Bolívia. La Paz: IDH Bolívia, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização. As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BRITTO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

CORAGGIO, José Luis. "La propuesta descentralizadora: límites y posibilidades", in: *Descentralización y participación ciudadana*. Montevideú, Ediciones Trilce, 1994.

DIAZ, Juan Carlos Urenda. **A contrapelo**. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2003.

EGLER, Claudio A. G. Mercosul: um território em construção. *Ciência e Cultura*, 58, São Paulo, Janeiro/ Março, 2006.

GALLUP, John Luke, GAVIRIA, Alejandro & LORA, Eduardo. **Geografía é destino?** São Paulo: UNESP, 2007.

GISBERT, Carlos D. Mesa, GISBERT, José de Mesa & GISBERT, Teresa. **Historia de Bolívia**. La Paz: Editorial Gisbert, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

READ, James. **Rough guide Bolívia**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SALMÓN, Fernando Prado, ANTELO, Susana Seleme & GANDARILLA, Evans. **Los desafíos de la globalización y la competitividad en la área metropolitana de Santa Cruz**. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2003.

SCHWARZ-BLUM, Vivian. **Por que confiamos nas instituições? O caso boliviano**. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, nº 12, Novembro, 2006, p. 297-328.



Ano VI	Volume VI	Nº 12	Janeiro/Junho 2010	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

VASCONCELLOS, Marco Sandoval. **Economia - Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2002.

